Núcleo Temático · *Imaginários políticos dos BRICS+*

O multipolarismo como deserto: Brasil, Lula e o enigma do BRICS

Felipe Fortes

Felipe Fortes — *Doutor em Filosofia. Pós-Doutorando no PPGCC/UFRJ, bolsista FAPERJ. Pesquisador da Rede Universidade Nômade Brasil e editor da revista Lugar Comum.*

Sputnik sobrevoa o Rio de Janeiro

No dia 3 de julho de 2025, aos pés do Corcovado, a agência *Sputnik Brasil*[1] «celebrou» seus dez anos promovendo um painel intitulado «*BRICS como Promessa de Soberania Econômica, Midiática e Conceitual para o Sul Global*»[2], na véspera da cúpula internacional do BRICS+ no Rio de Janeiro[3]. À primeira vista, a composição da mesa parecia um *meme*, ou mesmo um delírio digno dos deslizes produzidos por uma inteligência artificial generativa. Mas nessa ocasião, mesmo a ficção se enrubesce frente à vergonha produzida pelas dinâmicas mais «humanas, demasiado humanas» de nosso *theatrum geopoliticum*. Entre os presentes, mais comumente identificado à esquerda brasileira do espectro político estava Elias Jabour, economista marxista-

[1] A «Sputnik Brasil» é a versão em português da agência internacional Sputnik, fundada em 2014 e operada pela agência estatal russa Rossiya Segodnya. Como agência vinculada ao Estado russo, a Sputnik realinha sua cobertura internacional e narrativa a partir da perspectiva do governo de Moscou. Diversos estudiosos classificam a Sputnik como «ferramenta de propaganda» russa para audiências fora da Rússia.

[2] Sputnik Brasil. Sputnik Brasil comemora 10 anos com painel sobre BRICS e soberania global. Notícias do Brasil, 26 jun. 2025. Em: https://noticiabrasil.net.br/20250626/40785051.html

[3] BRICS. Cúpula do BRICS firma compromisso histórico no Rio para uma governança mais inclusiva e sustentável. Em: https://brics.br/pt-br/noticias/cupula-do-brics-firma-compromisso-historico-no-rio-para-uma-governanca-mais-inclusiva-e-sustentavel

desenvolvimentista convertido à *via chinesa* como horizonte histórico de «modernização». Deslocando o pêndulo em direção ao centro, aparecia Paulo Nogueira Batista Jr., ex-diretor executivo do FMI e do banco dos BRICS, representante de um desenvolvimentismo «técnico» e de perfil diplomático. Compondo o restante desse pêndulo geopolítico, mais à direita, estavam também Glenn Greenwald, jornalista marcado por um hiper-criticismo do Ocidente que ainda capitaliza o prestígio dos vazamentos de Snowden e, participando por vídeo, Aleksandr Dugin, ideólogo eurasianista, considerado o «Rasputin» de Putin e profeta da extrema-direita russa e mundial. A mediação ficou a cargo de Pepe Escobar, cronista de uma aberrante esquerda putinista brasileira que defende uma geopolítica pró-Kremlin narrada em registro fortemente conspiracionista.

Essa disposição, mais do que uma anedota, oferece uma imagem nítida das convergências inquietantes que hoje se articulam em torno do imaginário coletivo e do projeto geopolítico associado aos BRICS. E o fato de esse painel ter ocorrido no Brasil, às vésperas da cúpula do BRICS+ no Rio de Janeiro, está longe de ser secundário: ele revela o quanto certas narrativas sobre o bloco encontraram um terreno fértil e viral no país, no qual discursos antiocidentais difusos se combinam com expectativas de reanimar um conceito de soberania nacional que agoniza globalmente, fazendo eco à promessa de uma «nova ordem mundial» multipolar[4]. Ao mesmo tempo, a própria composição da mesa evidencia, de forma quase pedagógica, o conjunto de ambivalências, contradições e perigos que estruturam esse campo narrativo: uma fusão entre desenvolvimentismo, geopolítica conspiracionista e novas formas de fascismo como o eurasianismo, acompanhada da adoção, por setores de esquerda e de direita, de um mesmo vocabulário impreciso de oposição ao «Ocidente» que trata a defesa radical

[4]Para uma apresentação com um ponto de vista brasileiro e acrítico dessa posição, conferir: Kersfeld, D. (2025). Os BRICS e o desafio de um mundo multipolar. IHU Unisinos. Em: https://ihu.unisinos.br/categorias/645079-os-brics-e-o-desafio-de-um-mundo-multipolar-artigo-de-daniel-kersfeld

da democracia *cum grano salis*, quando não a transforma num detalhe de rodapé inconveniente.

Desde sua criação, com Brasil, Rússia, Índia e China (e com a entrada da África do Sul em 2011), o BRICS passou por um processo de ampliação que, a partir da cúpula de 2023, levou à adesão de novos membros como Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia e Irã a partir de 2024. Estados que, cada qual à sua maneira, combinam estruturas políticas autoritárias, baixíssima pluralidade institucional e históricos graves de repressão interna a movimentos democráticos. Por mais que o fórum do BRICS+ esteja longe de ser homogêneo[5], a presença coordenada desses regimes não é acidental. A maioria dos líderes desses países não-democráticos esteve reunida este ano na China para assistir ao desfile militar comemorativo chinês na Praça da Paz Celestial[6], um espetáculo cuidadosamente coreografado para projetar poder e estabilidade, em nítido contraste com os movimentos democráticos que ali foram brutalmente reprimidos em 1989. A coreografia militar funciona como gesto de afirmação simbólica do novo eixo de autoridade política que organiza o BRICS. Embora o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, não tenha comparecido, enviou como representante o diplomata Celso Amorim, sem contar a presença de Dilma Rousseff, ex-presidente brasileira e atual presidente do Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS. Em maio de 2025, no entanto, Lula participou do desfile do «Dia da Vitória» em Moscou[7], instrumento de propaganda do Estado russo, cuidadosamente manipulado para justificar a guerra na Ucrânia e reafirmar a centralidade do poder militar na vida política do país, em uma tribuna oficial ao lado de líderes

[5]Para uma boa apresentação dos BRICS, conferir: Deneuville, A.; Manet, M. (2025). Diante de Trump, os BRICS podem garantir a ordem internacional? Em: https://uninomade.net/diante-de-trump-os-brics-podem-garantir-a-ordem-internacional/

[6]The Guardian. China military parade: Xi Jinping says world faces 'peace or war' as Putin and Kim join him for military parade. The Guardian, 3 set. 2025. Em: https://www.theguardian.com/world/2025/sep/03/china-military-parade-xi-jinping-appears-with-vladimir-putin-kim-jong-un

[7]Presidência da República. Lula na chegada a Moscou: «a vinda à Rússia reafirma nosso compromisso com o multilateralismo». gov.br, mai. 2025. Em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2025/05/lula-na-chegada-a-moscou

autoritários como Abdel Fattah el-Sisi (Egito). Convém aqui lembrar o óbvio: os dois pilares internacionais do bloco, Rússia e China, também não são democracias. São justamente esses regimes, sob a liderança de Vladimir Putin e Xi Jinping, que desempenham o papel de fiadores estratégicos do BRICS no nível internacional, definindo seus contornos, seu horizonte geopolítico e boa parte das expectativas projetadas sobre ele.

Em relação ao Brasil, para parte significativa da opinião pública de esquerda, o BRICS encarna a possibilidade de reposicionar o país no tabuleiro global, buscando um novo ciclo de desenvolvimento nas coordenadas transformadas do fim do ciclo da globalização. Já a parcela de direita é menos otimista e tende a entender os movimentos do bloco como um afastamento indesejável da tutela americana que, sob Trump 2.0, voltou a se afirmar de maneira brutalmente protecionista. A reedição da guerra comercial, os tarifaços sobre aço, etanol, alumínio e manufaturas brasileiras e a retórica abertamente hostil aos «*free riders*» latino-americanos reacenderam um velho medo da direita brasileira: o de que qualquer gesto de autonomia externa condenaria o Brasil a retaliações tarifárias e isolamento econômico. Assim, onde parte da esquerda vê abertura, a direita enxerga risco; onde se projeta multipolaridade, ela percebe apenas a ameaça de um novo ciclo de punições vindas de Washington.

Ao mesmo tempo, à direita e à esquerda, o bloco tornou-se um símbolo carregado de expectativas divergentes: ora apresentado, positiva ou negativamente, como alternativa à hegemonia ocidental, ora como plataforma para a reforma das instituições multilaterais, ora como expressão de um novo «Sul Global» que buscaria afirmar-se enquanto ator coletivo. E nenhuma figura condensa essas projeções e suas contradições de maneira tão clara quanto Luiz Inácio Lula da Silva, cuja atuação internacional combina, simultaneamente, a defesa de um novo multilateralismo, a reatualização de um imaginário terceiro-mundista saudosista das esquerdas latinas *no-global*, o apelo à soberania nacional e a promessa de que o BRICS poderia funcionar

como vetor de equilíbrio num mundo em crise[8]. Assim, Lula aparece como intérprete privilegiado dessas ambivalências e dos problemas que elas evocam, um líder que dá voz a sonhos inconciliáveis e, ao mesmo tempo, tenta harmonizá-los num discurso de reposicionamento do Brasil no novo quadro do mundo. Que Trump tenha declarado «gostar» de Lula, depois de ambos, cada um à sua maneira, terem tecido duras críticas à «ordem mundial» na Assembleia Geral da ONU, revela que as linhas de fratura contemporâneas já não obedecem nitidamente às clivagens clássicas entre esquerda e direita, algo que o painel da *Sputnik Brasil* nos mostra de maneira caricatural.

O painel da Sputnik funciona, portanto, como prólogo de uma questão maior: que tipo de imaginação política está sendo construída em nome do BRICS? O que se articula nessa mistura de expectativas, ressentimentos e ambições estratégicas? Quais limites, paradoxos e perigos atravessam a aposta contemporânea na multipolaridade? E, nesse quadro, qual é exatamente o papel do Brasil, país que não compartilha o modelo político dos fiadores do bloco, mas que, na figura de seu presidente, insiste em apresentar-se como mediador, conciliador e intérprete privilegiado desse novo arranjo?

Ocidente e Sul-Global: entre duas essencializações e um falso problema

Se há um traço recorrente nas narrativas que orbitam o BRICS é a tendência a operar com *duas essencializações assimétricas*: um *Ocidente* interpretado negativamente e um *Sul-Global* positivamente idealizado. De um lado, o Ocidente aparece como bloco homogêneo, descrito pela retórica russa, por exemplo, como «o Ocidente coletivo», uma entidade moralmente degenerada, predatória, decadente. Por outro lado, o Sul-Global é elevado à

[8]Luiz Inácio Lula da Silva. Não há alternativa ao multilateralismo. gov.br, 2025. Em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/artigos/nao-ha-alternativa-ao-multilateralismo

condição de possibilidade da emergência de um sujeito histórico pluralista, capaz de produzir um «fora» absoluto da ordem mundial, depositário de uma esperança multipolar e intrinsecamente progressista ou revolucionário. Essa positivação essencialista aparece tanto no discurso geopolítico dos BRICS quanto em certas formulações do pensamento decolonial.

O problema é que nenhuma dessas duas essencializações transcendentes resiste a um exame minimamente rigoroso. Por um lado, o chamado «Ocidente», entendido monoliticamente como uma entidade imperialista, colonialista, capitalista etc., ignora a história viva de lutas sociais, migrações, redes transnacionais de solidariedade e invenção democrática que o atravessaram *desde baixo*[9]. Do ponto de vista analítico, isso gera uma inversão: em vez de reconhecer o conflito interno que atravessa o Ocidente, entre dispositivos de controle e forças de democratização, prevalece uma caricatura moral, conveniente tanto à extrema-direita eurasianista quanto a certos setores do discurso geopolítico antiocidental, que tratam a pluralidade do Ocidente e seu suposto «globalismo» como se fosse a via de mão única de uma maquinaria monolítica de dominação. Essa leitura paranoica se sustenta apenas ao custo de uma operação intelectual grosseira: a eliminação de todo o tecido de produção de direitos, de lutas democráticas e de invenção democrática que atravessa o próprio Ocidente. Bifo Berardi é talvez o exemplo mais evidente desse apagamento: ao interpretar a guerra da Ucrânia como «suicídio do Ocidente», converte a crítica em desistência melancólica, reduz o conflito a uma guerra «entre brancos» e desconsidera inteiramente a agência dos ucranianos na defesa de sua própria liberdade[10]. Sua melancolia civilizacional dissolve as diferenças entre autoritarismo e democracia e aproxima sua voz, involuntariamente, da

[9]Para o conceito de um «Ocidente desde baixo», conferir: Cocco, G.; Fortes, F. (2025). Império de Negri e Hardt 25 anos depois. IHU Unisinos; Fortes, F. (2025). No tecnofascismo contemporâneo – o neoliberalismo é um ponto de partida, não de chegada. IHU Unisinos.

[10]Berardi, B. (2025). O Ocidente trama a morte do futuro. Outras Palavras. Em: https://outraspalavras.net/crise-civilizatoria/o-ocidente-trama-a-morte-do-futuro/

retórica de Dugin, e não sabemos se é o filósofo italiano quem fala ou se é Aleksandr Dugin, como um titeriteiro, quem puxa as cordas do seu autômato putinista.

Do outro lado da moeda, se é inegável que do Sul-Global surgiram potentes movimentos democráticos — e Junho de 2013, no Brasil, talvez seja uma das expressões mais vibrantes dessa energia constituinte nos últimos anos —, também é preciso reconhecer que existe um Sul-Global reacionário, autoritário e ultraconservador, que emerge dos mesmos *tristes trópicos*. Muitas vezes cúmplice de formas locais de fascismo tão virulentas quanto as que vêm do Norte, ele se manifesta, por exemplo, de um lado, no bolsonarismo, expressão acabada da extrema-direita brasileira, e, de outro, no madurismo venezuelano, sua contraparte autoritária à esquerda.

Deste modo, ao contrário da narrativa simplificadora que o apresenta como alternativa virtuosa ao Ocidente, o BRICS se ancora hoje, sobretudo, em dois projetos explicitamente autoritários, ambos, em vários aspectos, inteiramente compatíveis com o trumpismo norte-americano. De um lado, o de Vladimir Putin, recebido com um tapete vermelho por Donald Trump no Alasca[11], o mesmo Trump que pressiona publicamente pela rendição ucraniana nos termos exigidos por Moscou[12]; de outro, o de Xi Jinping, cuja centralização autoritária e ambições expansionistas constituem a espinha dorsal estratégica do bloco. Rússia e China não apenas não são democracias: são o eixo normativo do bloco, sua espinha dorsal institucional, seu centro de gravidade estratégico. As democracias que integram o BRICS, como Brasil, Índia ou África do Sul, tampouco funcionam como contrapeso democrático a esse novo eixo autoritário; ao contrário, quanto mais se deixam mobilizar e fotografar como parceiras prioritárias do projeto sino-russo, mais

[11]G1. Trump recebe Putin com tapete vermelho no Alasca. 15 ago. 2025. Em: https://g1.globo.com/mundo/ucrania-russia/noticia/2025/08/15/trump-recebe-putin-com-tapete-vermelho-no-alasca.ghtml

[12]CNN Brasil. Entenda o plano de 28 pontos de Trump para paz entre Rússia e Ucrânia. CNN Brasil, ago. 2025. Em: https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/entenda-plano-de-28-pontos-de-trump-para-paz-entre-russia-e-ucrania/

enfraquecem sua própria credibilidade institucional e corroem o capital democrático que ainda possuem no cenário internacional.

Esse contraste torna-se ainda mais evidente quando se coloca o discurso dos BRICS diante das práticas dos membros do bloco. No mesmo momento em que a Universidade Federal do Rio de Janeiro celebra uma parceria com a Universidade de Beijing, inaugurando o «Instituto Confúcio»[13], destinado oficialmente à «cooperação cultural», o governo chinês financia, indiretamente, por meio do comércio energético e de tecnologia *dual-use*, o esforço bélico da Rússia na invasão da Ucrânia[14]. Paralelamente, Pequim intensifica seu interesse pelas reservas brasileiras de terras raras[15], essenciais para a indústria militar, a inteligência artificial, a transição energética e a hegemonia tecnológica do século XXI. Trata-se de um investimento estratégico que, longe de se limitar ao âmbito cultural, revela a profundidade das assimetrias que estruturam a relação Brasil–China e expõe como o discurso de «parceria entre iguais» e multipolarismo que atravessa o BRICS convive, na prática, com novas dinâmicas de dependência e apropriação geoeconômica, que só tendem a se aprofundar com a crise da globalização e da interdependência. Mais do que isso, enquanto o Brasil fala em mediação, os dois fiadores do bloco consolidam um projeto geopolítico fundado na ausência de qualquer mediação, via controle social, militarização e supressão sistemática da pluralidade.

É por isso que a oposição binária «Ocidente versus Sul-Global» constitui, no fundo, um falso problema. Ela não explica nem o comportamento, a agenda e a novidade dos BRICS e tampouco permite compreender a crise democrática que vivemos e que atravessa, tanto o «Ocidente» quanto o seu suposto «Fora». O que está em jogo não é a

[13]UFRJ. Sem fronteiras para a educação. UFRJ, mai. 2025. Em: https://ufrj.br/2025/05/sem-fronteiras-para-a-educacao/

[14]BBC News Brasil. Os países que fornecem armas para a Rússia. BBC News, 2025. Em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/cly3e4n4nv5o

[15]Poder360. Vendas de terras raras Brasil-China triplicam em 2025. Poder360, 2025. Em: https://www.poder360.com.br/poder-china/vendas-terras-raras-brasil-china-triplicam-2025/

resistência de um polo civilizacional, o *grande outro* do Ocidente, como querem fazer parecer Sandro Mezzadra e Brett Neilson[16], mas a crise global da democracia, dos levantes democráticos e da globalização e, com ela, o enfraquecimento progressivo das instituições democráticas em escala planetária[17]. A aposta contemporânea na multipolaridade, tal como vêm formulando Rússia e China, não oferece uma saída para essa crise; mas a constitui internamente. Basta pensarmos como o Kremlin construiu, ao longo da última década, com seus bots, a mais sofisticada engenharia global de financiamento e normalização da extrema-direita contemporânea. Do empréstimo russo à Frente Nacional francesa[18], do apoio midiático e logístico ao AfD e às redes conspiracionistas alemãs[19] à sustentação energética e política de regimes iliberais nos Bálcãs[20]; sem falar na máquina transnacional de desinformação operada por RT, Sputnik e pela Internet Research Agency[21].

Lula e o (que resta do) lulismo

Se o BRICS é hoje, como vimos, uma amálgama de expectativas contraditórias, Lula é a figura que melhor encarna essa ambivalência a partir do Brasil. Desde seu retorno ao governo, ele retomou com força a aposta na política externa como lugar privilegiado de afirmação nacional, sinalizando uma retomada diplomática depois da tentativa de patricídio internacional do Brasil pelo bolsonarismo. Em seus discursos, o BRICS aparece, ao mesmo

[16]MEZZADRA, S.; NEILSON, B. The Rest and The West: Capital and Power in a Multipolar World. Verso, 2024.

[17]COCCO, G.; FORTES, F.; PILATTI, A. Crise da democracia e Império: 25 anos depois. Revista Direito e Práxis, v. 16, n. 3, p. 1-18, 2025. Em: https://doi.org/10.1590/2179-8966/2025/92817

[18]Time. Russia backs France's far-right National Front with funding and influence. Time, jul. 2014. Em: https://time.com/3605080/russia-france-national-front/

[19]Reuters. Russian disinformation targets German election campaign, says think-tank. Reuters, 20 jan. 2025. Em: https://www.reuters.com/world/europe/russian-disinformation-targets-german-election-campaign-says-think-tank-2025-01-20

[20]Center for Foreign Relations. (2024). Russia's Influence in the Balkans. CFR. https://www.cfr.org/backgrounder/russias-influence-balkans

[21]Reuters, "UK's Truss says media watchdog looking at Russia's RT TV channel," 23 de fevereiro de 2022, https://www.reuters.com/business/media-telecom/uks-truss-says-media-watchdog-looking-russias-rt-tv-channel-2022-02-23

tempo, como alternativa à hegemonia americana, como espaço de cooperação entre países em desenvolvimento, como promessa de um novo Sul-Global e como instrumento para reposicionar fortemente o Brasil no cenário internacional.

Essa profusão de narrativas tão incertas, contraditórias, como esvaziadas de materialidade prática, parece seguir a linha de uma genealogia histórica possível do lulismo, mais especificamente, a apresentada por Giuseppe Cocco e Bruno Cava[22], que eles chamaram de «lulismo maior»: uma forma de governo cuja racionalidade central é o governismo desenvolvimentista. O que define o «lulismo maior» não é a expansão de direitos ou a invenção de novas instituições democráticas, mas a capacidade de administrar a sociedade por meio de um pacto que combina crescimento econômico instável e limitado, conciliação de interesses e modulação das crises. No cerne desse arranjo está a *autopreservação*: o lulismo maior funciona como mecanismo de reprodução do próprio poder lulista. Ele estabiliza tensões, acomoda contradições, evita rupturas e, sobretudo, evita sucessão. Nesse sentido, o surgimento do bolsonarismo não representa mais sua antítese pura, como boa parte dos analistas de extrema-direita gostariam de afirmar, mas sua retroalimentação e forma de vitalidade: ao se colocar como ameaça permanente à democracia, o bolsonarismo reforça a centralidade de Lula como fiador da estabilidade, repondo indefinidamente a necessidade do lulismo maior como forma de contenção. Assim, a polarização que parece os opor acaba funcionando como circuito duplo de sobrevivência, no qual o lulismo conserva seu lugar justamente porque o bolsonarismo conserva seu perigo.

[22]Rede Universidade Nômade. (2016) Quando a trama da terra treme. Uninomade. https://uninomade.net/quando-a-trama-da-terra-treme/

Esse lulismo maior aparece, por exemplo, quando Lula afirma «não ser um ser humano, mas uma ideia»[23], mas, diferentemente do modo como o próprio Lula parece entender essa questão, essa ideia circula menos como a de um vetor constituinte de democracia e mais como a de um fiador flexível de compromissos contraditórios, capaz de falar em direitos humanos e ser aplaudido de pé na Assembleia Geral da ONU e, ao mesmo tempo, posar ao lado de Putin, sem jamais pisar em Kyiv e postergar, vergonhosamente, qualquer reunião com Zelensky.

Ao lado desse lulismo maior, que opera como lógica de governo, existiu, para ser logo neutralizado, aquilo que Cocco e Cava chamaram de «lulismo menor» ou «selvagem»[24]: um campo de expectativas e experimentações que, nos anos 2000, enxergava em Lula e nos governos petistas a possibilidade de transbordar as instituições, criar novas formas de participação, politizar o consumo e polinizar o comum. O que havia de selvagem, no entanto, eram as forças democráticas de uma juventude metropolitana, uma multidão que emergiu, em carne e osso, em Junho de 2013, contra a própria continuidade do «ciclo dos progressismos». O que não se antecipava é que essa potência menor nada tinha de «lulista» e que o lulismo, de fato, funcionava como a tentativa de sua domesticação. Nada ilustra melhor esse movimento hoje do que a fagocitose de Marina Silva, cuja presença no governo poderia anunciar a possibilidade de uma inflexão ambiental robusta e, com a COP30 em Belém, a chance histórica de reinscrever o Brasil no mapa da transição ecológica global. No entanto, o que se viu foi a velha engrenagem se recompor: a política real de petróleo, com a reabilitação da exploração na Margem Equatorial, negociada entre Lula, a

[23]El País Brasil, "Lula "eu não sou um ser humano sou uma ideia. E não adianta tentar acabar com as ideias," El País, 8 de abril de 2018,em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/08/politica/1523145272_467301.html

[24]Cava, B. (2020). Lulismo selvagem. IHU Unisinos. https://www.ihu.unisinos.br/categorias/602347-lulismo-selvagem

Petrobras e o lobby petroleiro, repete, agora em chave abertamente farsesca, o padrão estrutural do lulismo maior[25].

Assim, o lulismo maior reaparece como dispositivo de conciliação entre mundos inconciliáveis, neutralizando qualquer possibilidade de que a vitória contra o neofascismo pudesse se traduzir em reinvenção democrática; ao contrário, ela é revertida para dentro da lógica de conservação, moderação e autopreservação que mantém o lulismo preso ao seu próprio labirinto e enigma. A popularidade pontual de Lula frente às tarifas de Trump revela a força residual do carisma, mas não reabre automaticamente um horizonte de democracia radical. Um ano antes das próximas eleições presidenciais, o horizonte segue incerto, e o Brasil continua nas cordas, aprisionado à polarização permanente com o bolsonarismo e suas mutações, como, por exemplo, no debate urgente no Brasil sobre segurança pública[26]. O problema é que qualquer reinvenção democrática capaz de recolocar essas discussões em outro patamar precisa, necessariamente, escapar dessa órbita sufocante de polarização.

É nesse contexto que se torna visível o papel internacional de Lula na difusão do BRICS. Não como arquiteto de um projeto de reinvenção da democracia global, mas como fiador das ambivalências e das crises do sentido que perpassam o BRICS e vão além dele. O que resta hoje do lulismo é, portanto, uma forma de lulismo maior: celebra o multipolarismo, discursa em favor da paz, defende uma moeda alternativa, advoga por reformas multilaterais, mas o faz ancorado em regimes explicitamente autoritários, tomando uma posição clara e pró-russa diante da agressão russa à Ucrânia, para citar o exemplo mais gritante. Há um Lula e um lulismo *em Moscou*, acompanhado por uma fração jovem, universitária e identitária da esquerda

[25]CNN Brasil. (2025). COP30: retirada de plano sobre combustíveis fósseis do texto amplia tensões. CNN Brasil. https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/cop30-retirada-de-plano-sobre-combustiveis-fosseis-do-texto-amplia-tensoes/

[26] Rede Universidade Nômade. Na serra (Sem) Misericórdia. Disponível em: https://uninomade.net/na-serra-semmisericordia/

petista brasileira que combina um putinismo difuso com um palestinismo que, em certos momentos, desliza para apoios acríticos ao Hamas e para uma crítica totalizante a Israel que deveria mirar no fascismo de Netanyahu, mas frequentemente roça o antissemitismo generalizado[27]. O que não há, entretanto, é um Lula ou um lulismo capaz de atravessar e defender Kyiv e essa assimetria revela muito sobre o imaginário internacional que hoje estrutura o que resta do lulismo.

Do ponto de vista dos líderes dos BRICS, o papel estratégico do Brasil e de Lula é simbólico, fiduciário: o país não dispõe de poder militar relevante, é dependente de China e, em menor medida, da Rússia nos planos comercial, energético e tecnológico, e não controla nenhuma tecnologia crítica. Seu peso, portanto, não é o da coerção, mas o da legitimação simbólica: o Brasil empresta ao bloco a imagem de uma grande democracia multirracial do Sul, governada por um ex-operário que fala em fome, desigualdade e clima e que é bem-visto pela Europa e pela esquerda dogmática. É essa imagem que torna Lula particularmente útil para Pequim e Moscou: ele funciona como selo moral, como moeda de projetos, não tão diferentes do trumpista, que aprofundam o ciclo de nossas crises.

Em suma, Lula não é o fiador de um multipolarismo democrático, mas o mediador de um arranjo ambivalente: se, por um lado, reivindica a defesa da democracia contra o neofascismo interno; de outro, naturaliza alianças com regimes que negam exatamente esses princípios em seus próprios territórios e em territórios alheios. O lulismo maior continua capaz de ganhar eleições, por enquanto, e pode, como última vitória, representar um freio relativo contra o bolsonarismo e produzir algum grau de estabilidade de curto prazo. Mas não parece ter força — nem vontade — para reinventar a democracia brasileira; menos ainda para fazer do BRICS algo diferente de um

[27]O Globo. Brasil deixa aliança internacional em memória do Holocausto e gera reação do governo de Israel. O Globo, 28 jul. 2025. Disponível em: https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2025/07/28/brasil-deixa-alianca-internacional-em-memoria-do-holocausto-e-gera-reacao-do-governo-de-israel.ghtml. Acesso em: 09 dez. 2025.

teatro geopolítico no qual o Brasil entra sobretudo como um ator de apoio e um ativo fiduciário de projetos autoritários alheios aos interesses da democracia brasileira e mundial.

A moeda que precisamos

Entre as propostas mais reiteradas por Lula no âmbito do BRICS está a criação de uma moeda comum para o bloco[28]. A ideia seduz porque parece oferecer uma via rápida para escapar da hegemonia do dólar, em crise, com as políticas suicidárias e fascistas do governo Trump. Mas o enigma da moeda não se resolve no momento de sua fundação formal. Ainda que moedas possam nascer por decreto ou por arranjos diplomáticos — como foi o caso do euro —, *nenhuma moeda se sustenta por decreto*. A força de uma moeda não reside no ato jurídico que a institui, mas no conjunto de relações sociais, políticas e institucionais que produzem confiança ao longo do tempo. Onde essa confiança se rompe, como se viu nas crises da dívida soberana, a moeda vacila. O que está em jogo, portanto, não é a possibilidade técnica de criar uma moeda, mas a impossibilidade política de fazê-la viver sem um solo democrático que a sustente. Portanto, a confiança não é um artefato técnico, mas é uma relação social, política e institucional que sustenta a vida da moeda[29].

A força do dólar, por exemplo, com todas as suas contradições, não está apenas no poderio militar ou na centralidade financeira dos Estados Unidos, mas no fato de ter sido historicamente sustentado por um campo democrático robusto, com instituições relativamente estáveis, pluralistas, atravessadas por dinâmicas de conflitos reais, mas que, como no *New Deal*, propuseram uma transformação da constituição formal para material dos direitos. Como o BRICS poderá produzir uma moeda confiável enquanto

[28] Agência Brasil, "Lula diz que não recuou da ideia de moeda própria do BRICS," Agência Brasil, 2025, https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2025-08/lula-diz-que-nao-recuou-da-ideia-de-moeda-propria-do-brics

[29] Cava, B & Cocco, G. A Vida da Moeda: créditos, imagens, confiança, 2020, Editora: Mauad X.

estiver ancorado em regimes autoritários, opacos e avessos às invenções democráticas? A vida de uma moeda é a democracia; é a circulação do dissenso, a confiança mútua entre os heterogêneos, o campo aberto de negociação, troca, crítica e possibilidade de lutas. Uma moeda sem democracia é apenas um *token* estatal, uma ficha que depende inteiramente da força transcendente da soberania e, portanto, não vale nada para além dos tentáculos de suas fronteiras.

A moeda que o BRICS precisa, não é um artefato técnico, mas uma moeda que só pode ser cunhada pelas lutas democráticas, *uma moeda das lutas*, aquela que nasce da invenção institucional, das garantias públicas de cidadania, do alargamento do possível e da afirmação de direitos. Sem isso, qualquer projeto de moeda multipolar que se imagine global será apenas uma miragem desenvolvimentista, tão volátil e sem valor quanto os discursos dos autoritarismos sobre os quais se apoia, ainda impotente frente ao dólar que, com toda a crise provocada pelo trumpismo, ainda é a moeda comum global, o que expressa sua força e estabilidade institucional.

Atravessar o deserto multipolar

Se tomarmos a crise global tal como se apresenta, o multipolarismo em curso está longe de constituir uma alternativa emancipatória. Ele se organiza, de fato, como um trilateralismo de ferro, um triunvirato autoritário: Trump, Putin e Xi Jinping. Três projetos autoritários, distintos em forma, mas convergentes em substância, estruturando um tabuleiro no qual a Europa hesita, oscila e parece se perder, o que se expressa em sua indecisão e oscilação diante do apoio concreto à Ucrânia. Não se trata, portanto, de um mundo «mais plural», mas de uma recomposição violenta dos centros de autoridade, cada qual empenhado em redefinir os limites da democracia, mais precisamente, contra ela.

Quando Lula afirma que «não há alternativa ao multipolarismo», é preciso levar essa frase a sério, mas não em um tom de celebração. Tomada

ao pé da letra, ela indica outro caminho: *não há alternativa senão atravessar esse multipolarismo como um deserto*. Um deserto é um espaço sem coordenadas estáveis, onde nenhuma bússola funciona e onde todo horizonte parece se renovar apenas para desaparecer em seguida, também com suas miragens. O multipolarismo não nos oferece garantias democráticas; ele não é o ponto de chegada, mas a travessia.

O desafio, portanto, não é aderir ao multipolarismo como quem encontra abrigo, e sim habitá-lo como nômades, recusando seus novos soberanos e tiranos, suas falsas promessas de ordem e suas essencializações reconfortantes. Se o multipolarismo é o deserto, então a tarefa é clara: atravessá-lo. E, ao atravessá-lo, reinventar, contra todos os imperialismos, antigos e novos, as condições materiais, imaginárias, constituintes e instituintes de uma democracia por vir e das condições de sua reconstituição material.